

LUTAR PARA VENCER

O IMPACTO NO CLIMA

DO MOVIMENTO

PORTUGUÊS ANTI-PETRÓLEO





PUBLICADO POR:

Climáximo

www.climaximo.pt

julho 2018

AUTORES:

Sinan Eden, activista do Climáximo

Luís Fazendeiro, activista da PALP, investigador da transição energética

EDIÇÃO DE PÁGINA:

Paulo Reis

REVISÃO DE TEXTO:

Andreia Gomes Ferreira

Ana Rita Trindade Antunes



Sumário executivo

O movimento anti-petróleo em Portugal preveniu as emissões de aproximadamente 10 mil toneladas de CO₂ nos últimos dois anos, graças ao cancelamento e adiamentos de contratos de exploração de gás e petróleo. Embora ainda incompleto, o incrível sucesso de um movimento militante e dedicado merece louvor, político e também numérico. Os autores pretendem contribuir para este último.

Este ensaio compara dois possíveis cenários de emissões em Portugal: a política energética *business-as-usual* e a situação actual, fortemente influenciada pela oposição pública. Começaremos por apresentar os contratos existentes para exploração de petróleo e gás, bem como a bem sucedida intervenção do movimento anti-petróleo. De seguida calcularemos o impacto no clima em termos de prevenção de emissões.

A principal conclusão é que organizar a luta popular contra os projectos de exploração de petróleo e gás é, possivelmente, a estratégia mais eficiente para redução de emissões para cada pessoa portuguesa: as emissões evitadas chegam aos 75% de emissões anuais por activista, um valor muito mais elevado do que em qualquer outra estratégia.

Os autores estão profundamente gratos a todos os organizadores anti-petróleo pelo país e agradecem a todas as organizações e activistas envolvidos nesta luta.

Introdução

Nos últimos anos, os projectos de exploração de petróleo e gás em Portugal foram fortemente desafiados por movimentos sociais e populações locais. Dos 15 contratos activos em 2015 (alguns deles firmados apenas alguns dias antes das eleições nacionais, que tiveram lugar a 4 de Outubro daquele ano), apenas 5 permanecem activos em 2018. Apesar da ameaça iminente persistir, podemos afirmar com confiança que o movimento anti-petróleo em Portugal obteve várias vitórias parciais, dignas de nota face à sua pouca longevidade e nível de mobilização.¹

Ao passo que os argumentos contra os projectos de exploração de petróleo e gás são diversos, neste curto ensaio gostaríamos de reflectir nos impactos sobre o clima. Uma vez que, normalmente, a contabilização feita para a pegada ecológica considera apenas escolhas de estilo de vida e, portanto, reduz os humanos a consumidores, adoptamos uma abordagem diferente e incluímos a acção política de pessoas comuns como um caminho válido e necessário para uma transição energética.

Mais concretamente, estimaremos a redução de emissões de carbono ligadas à mobilização social. Iremos calcular as emissões possíveis destes projectos de exploração de petróleo e gás se os mesmos se tivessem concretizado e faremos a comparação deste valor com os esforços do movimento.

Antes de iniciarmos, uma palavra de cautela. Em primeiro lugar, e porque ainda não é sabido se existem grandes quantidades de petróleo ou gás no território português, as nossas estimativas assentam na possivelmente exagerada propaganda corporativa. Em segundo lugar, alguns contratos foram cancelados porque expiraram e o governo escolheu não os renovar, enquanto outros foram cancelados antes da sua data de expiração. Se as empresas hesitaram em avançar devido à oposição social ou se meramente devido a análises económicas internas são questões algo subjectivas. Ao passo que a influência dos movimentos sociais é clara (uma vez que não existia *a priori* qualquer razão política ou económica contra a renovação dos contratos), é difícil cristalizar o seu papel na interacção com outras prioridades de negócio. Em terceiro lugar, há a questão do que constitui “o movimento”. Enquanto o papel dos organizadores é indispensável e o apoio massivo à causa crucial, é difícil quantificar o número de pessoas envolvidas. Em suma, os autores admitem as incertezas e dificuldades metodológicas deste exercício (apesar de insistirmos que a nossa abordagem é, ainda assim, cientificamente mais precisa do que declarações não fundamentadas da indústria dos combustíveis fósseis acerca das potenciais reservas no Alentejo). Contudo, valorizamos esta tentativa de politização da acção climática pela sua importância discursiva, ainda que não, para já, pelo seu rigor matemático.

1 Este movimento é geralmente denominado como luta anti-petróleo (e gás). Isto é um eufemismo, já que virtualmente todos os grupos enfatizam a necessidade de uma transição célere para a energia renovável e descentralizada. Uma larga maioria destes grupos está não só contra estes projectos, mas também advoga fortemente um sistema energético sustentável. Contudo, a expressão original “fossil-free” não tem uma tradução literal para Português e deve ser notado que a luta é realmente focada nos projectos de extracção de petróleo e gás e não na infra-estrutura petrolífera enquanto um todo. Apesar de existirem vários graus de criticismo direccionado à indústria dos combustíveis fósseis dentro do movimento, os protestos mais significativos sobre o tema têm sido as marchas do clima. Assim, utilizaremos o termo “anti-petróleo” para descrever o movimento ao longo do texto.

§1. Contexto

No início de 2015, quando os projectos de petróleo e gás entraram na agenda pública, particularmente devido aos contratos activos na região do Algarve, havia um total de 13 áreas contratadas pela indústria dos combustíveis fósseis, 11 delas na costa e 2 no interior. Em Setembro foram assinados mais 2 contratos onshore, cobrindo aproximadamente metade da região do Algarve. Apesar de existirem vários grupos pioneiros a trabalhar no assunto antes destas datas, desde pelo menos 2012, podemos afirmar com segurança que a oposição à extracção de petróleo e gás só atingiu uma escala crítica em 2015. Para efeitos de comparação, tomaremos este ano como patamar de base.

Não estamos também a considerar outras possíveis áreas que estavam em fase de negociação directa. Uma vez que não existia oposição pública direccionada a estes projectos, faremos a assumpção razoável e conservadora de que estes projectos não se realizaram devido a razões meramente económicas.

Em 2016, os projectos de petróleo e gás no Algarve já eram um dos grandes tópicos nacionais, com vários novos grupos activistas a formarem-se por todo o país. Mais grupos locais foram formados no Alentejo e “Zona Oeste” (Costa Oeste, Norte de Lisboa e Sul do Porto, onde existe prospecção de petróleo e gás desde a primeira metade do século XX, e onde estão actualmente activas duas concessões onshore). Como analisaremos abaixo, alguns contratos foram cancelados antes da sua data de término e outros não foram renovados. Neste ponto, é importante notar que no programa eleitoral do governo de 2015 não existia qualquer referência ao futuro destes projectos. Nem o Partido Socialista nem os acordos de governo minoritário com os partidos de esquerda incluíam qualquer acordo sobre o cancelamento ou renovação dos contratos. Além disso, durante os últimos dez anos tem sido prática comum para os governos liderados pelo PS e PSD (os dois principais partidos políticos) renegociar e distender estes contratos. Assim, temos todas as razões para crer que o movimento anti-petróleo teve uma influência decisiva no cancelamento destes projectos.

A Figura 1 e Tabela 1 mostram a situação no final de 2015, com 15 contratos activos e outros 3 em negociação directa.

CONTRATO	ÁREA	CONCESSIONÁRIO	DATA ESPERADA DO 1º FURO
Aljezur Tavira	Algarve, onshore	Portfuel	Portfuel Sem dados, mas furo preliminar e não licenciado na Primavera de 2016
Lagosta Lagostim Sapateira Caranguejo	Sul da costa Algarvia, offshore	Repsol/Partex	~2016
Camarão Ameijoa Mexilhão Ostra	Costa Oeste, norte de Lisboa, offshore	Repsol/Kosmos/ Galp/Partex	~2018
Batalha Pombal	Batalha Onshore, oeste, sul do Porto	Australis	Início de 2019
Lavagante Santola Gamba	Costa Sudoeste, offshore	Eni/Galp	Summer of 2016 - delayed

Tabela 1 – Lista de todos os contratos activos no Outono de 2015. Actualmente, apenas os 5 últimos permanecem activos. A última coluna mostra as datas a partir das quais estavam previstos os primeiros grandes furos exploratórios. Ver também a Fig. 1.

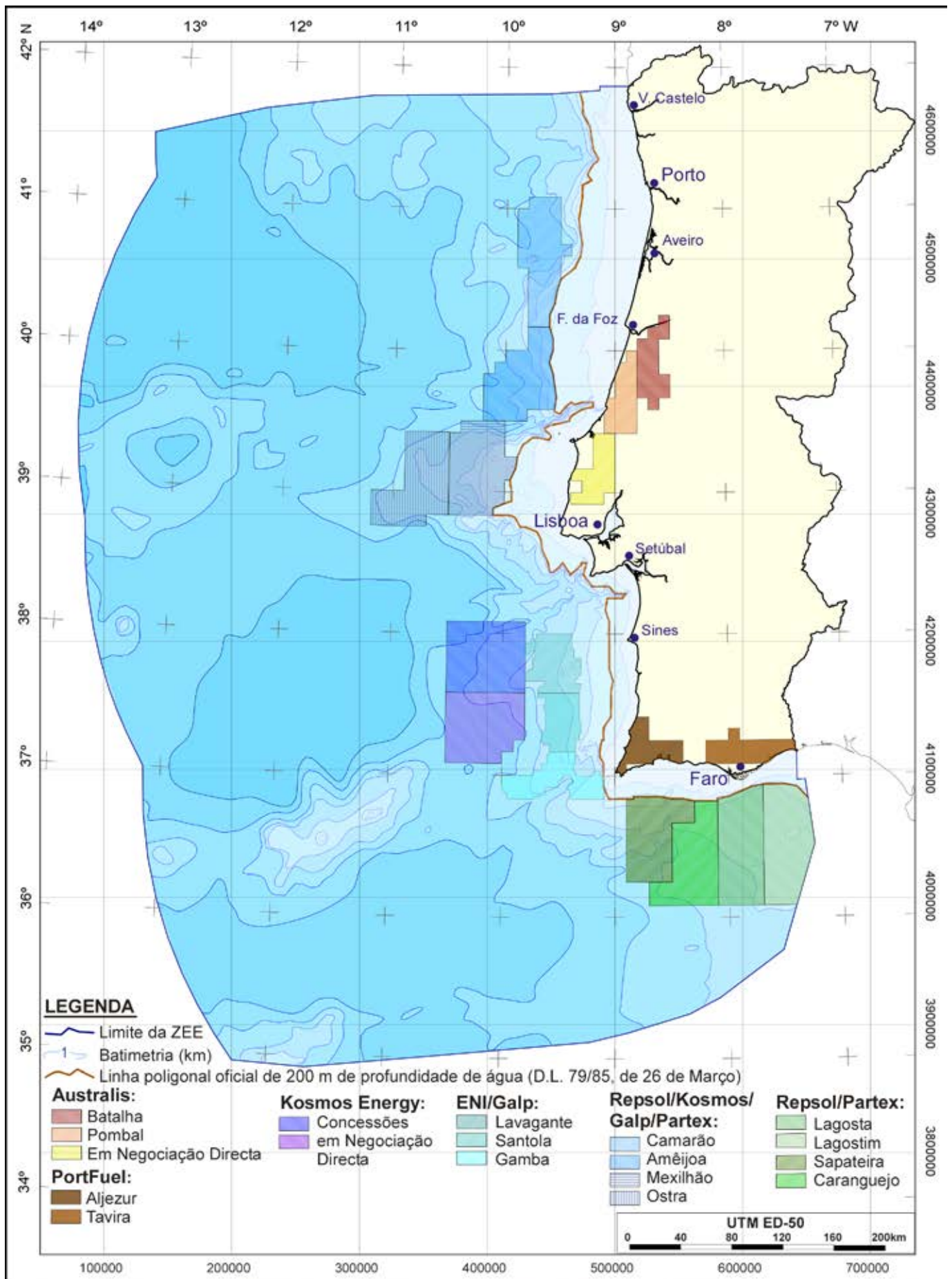


Figura 1 – Contratos activos no final de 2015 (4 onshore e 11 offshore), com três áreas adicionais que estavam em negociação directa (1 em terra, a norte de Lisboa, a amarelo, e 2 na costa sudoeste, a serem negociadas com a Kosmos Energy). Apenas 5 destas estão actualmente (primavera de 2018) activas, nomeadamente: Batalha, Pombal, Lavagante, Santola e Gamba. Ver também Tabela 1. Fonte: ENMC. Notar que a legenda para as concessões de Batalha e Pombal estão erradas (Batalha deveria ser a sudoeste de Pombal) tal como têm estado nos mapas oficiais distribuídos pela ENMC, a entidade *supostamente encarregue da supervisão de todo o processo*, nos últimos dois anos e meio!

Os primeiros dois contratos a serem cancelados foram os dois onshore no Algarve, no final de 2016. A indignação de grande parte da população atingiu o seu pico quando a Portfuel, uma empresa criada especificamente com o propósito de exploração no âmbito destes contratos, foi apanhada na Primavera de 2016 a tentar furar um poço de exploração sem a licença devida e alegando que se trataria de um poço de água.

Os seguintes quatro contratos a serem cancelados foram os offshore no sul do Algarve. Neste caso, o governo recusou a renovação das licenças da Repsol e da Partex, alegando o incumprimento de obrigações contratuais. Contudo, a principal causa para este cancelamento foi seguramente a pressão pública, já que até então estes contratos tinham sido sucessivamente renovados sem quaisquer entraves. Em ambos os casos, o cancelamento destes contratos foi levado a cabo pelo governo de modo muito discreto e durante vários meses os grupos do movimento anti-petróleo estavam incertos acerca do seu cancelamento. Esta terá seguramente sido uma estratégia por parte do governo para atrair um mínimo de atenção dos media para as vitórias obtidas por parte deste movimento.

Situação semelhante ocorreu com os quatro contratos offshore na costa oeste, a norte de Lisboa, que saíram da lista de concessões activas no final de 2017, sem qualquer comunicado público que justificasse o cancelamento. A Galp tentou então manter a concessão mais a norte, Gamba, apenas para si, mas o governo aparentemente rejeitou esta pretensão. Em todos os casos, as empresas envolvidas protestaram veementemente contra os cancelamentos, alegando que estas seriam medidas “populistas” e “anti-negócio”. Sousa Cintra, CEO da Portfuel, [afirmou publicamente](#): “Quando aparece alguém a querer fazer investimentos aparecem sempre pessoas de má fé. Até perco a vontade de fazer coisas neste país e de me ir embora. Fico muito chateado com isto tudo.”

Quanto aos dois restantes contratos onshore, a concessionária é actualmente a Australis, que planeia fazer o primeiro furo exploratório no início de 2019. No momento em que escrevemos, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) decidiu que as informações fornecidas pela Australis sobre esta operação eram altamente defeituosas e incompletas. Isso levou o ministro do Ambiente, por sua vez, a anunciar que o processo de licenciamento deve ser reiniciado do zero. Há, portanto, actualmente, um alto nível de incerteza quanto ao que acontecerá a seguir, sendo a única certeza a de que os contratos permanecem ativos. Esses contratos receberam apenas uma pequena fracção da atenção dos do sul, sobretudo por serem poucos os grupos activos e existir muito pouca história de envolvimento popular em lutas semelhantes nesta região, quando comparada com o Algarve. No entanto, um movimento também tem vindo a construir-se nesta região, particularmente nos últimos meses.

As três concessões na costa sudoeste foram veementemente contestadas por populações locais, grupos ambientalistas e autoridades governamentais regionais. Uma vez que o turismo em particular, mas também a pesca, são actividades económicas cruciais para a região, até mesmo a comunidade empresarial se moveu esmagadoramente contra a exploração de petróleo na região. No entanto, o governo continua a apoiar essas três concessões implacavelmente.

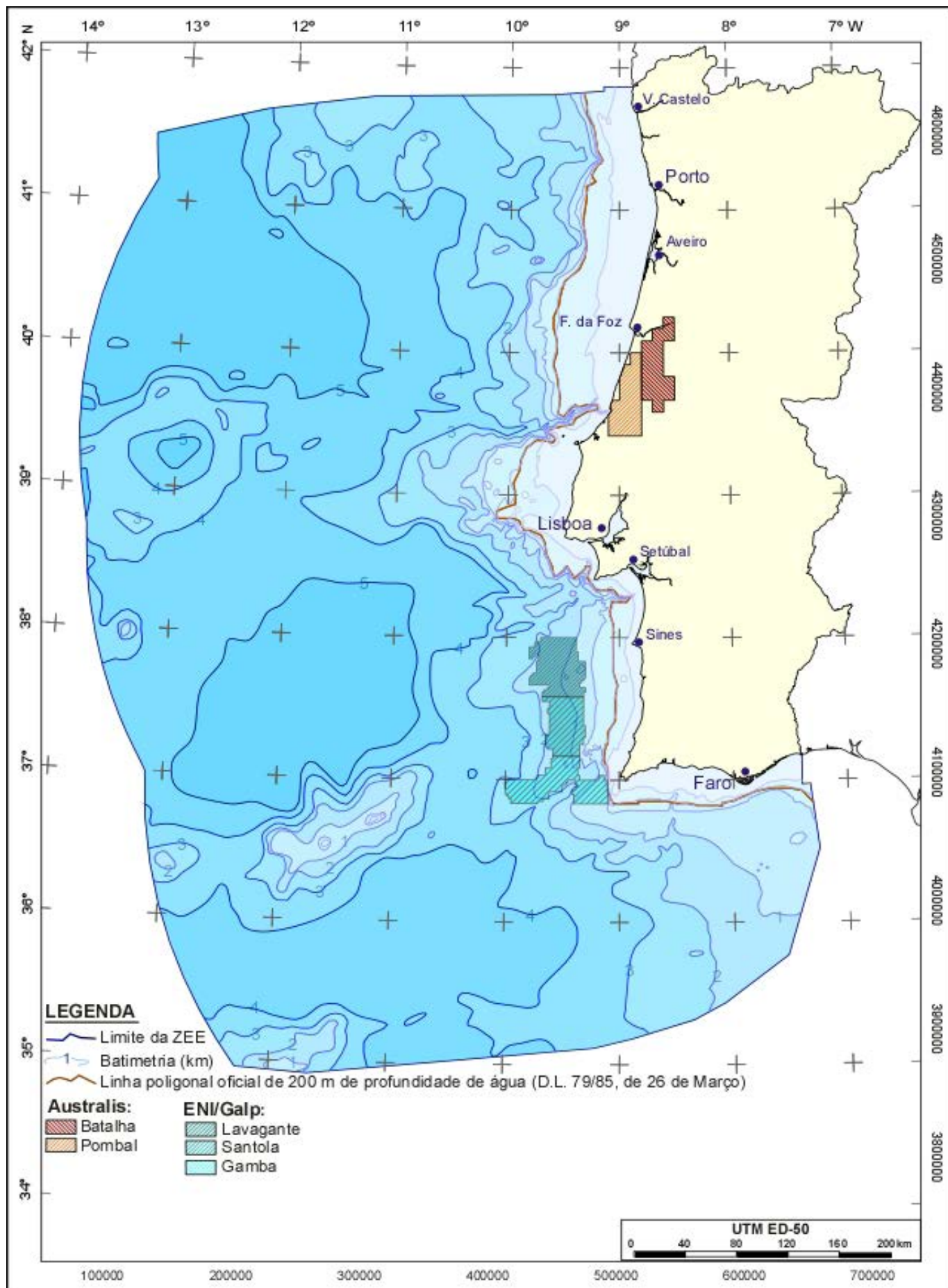


Figura 3. Contratos activos em julho de 2018.

O primeiro furo exploratório estava previsto para o verão de 2016, o mesmo ano em que houve um pico de protestos públicos contra esta actividade em Portugal. As duas empresas pretendiam fazer um furo de prospecção a 46 km da costa de Aljezur, a uma profundidade de 1070 metros e depois perfurar mais 2,5 a 3 km sob o fundo do mar, numa das costas mais prístinas da Europa, que inclui muitas áreas protegidas. Mais de 42000 pessoas se manifestaram contra isso, numa consulta pública sobre a licença para perfurar este poço. No entanto, as autoridades competentes ignoraram todos os seus argumentos e a licença foi concedida. No início de 2018, a licença foi prorrogada por mais um ano, embora haja pelo menos três desafios legais a serem julgados no tribunal, todos alegando que essa actividade pode ter consequências desastrosas para a região.

§2. Cálculos

Devido ao movimento anti-petróleo portugueses, que cresceu nos últimos três anos, o furo de prospecção de Aljezur já foi adiado por dois anos inteiros. As concessionárias agora planeiam começar a perfurar no final de Setembro, início de Outubro de 2018. De seguida, analisamos os impactos directos de carbono dessa actividade e tentamos estimar o nível de emissões de CO2 já prevenidas pelo movimento anti-petróleo em Portugal devido a este atraso.

Assumiremos um valor de 1500 milhões de barris de petróleo, que é [o que as concessionárias afirmam](#) ser o tamanho potencial da reserva, embora possa ser bastante exagerado. Uma curva de Hubbert é aqui considerada, uma abordagem razoável amplamente utilizada no estudo das taxas de extracção de recursos não renováveis, com uma vida útil de 40 anos e atingindo seu pico de produção em 2040, como mostra a Fig. 2.

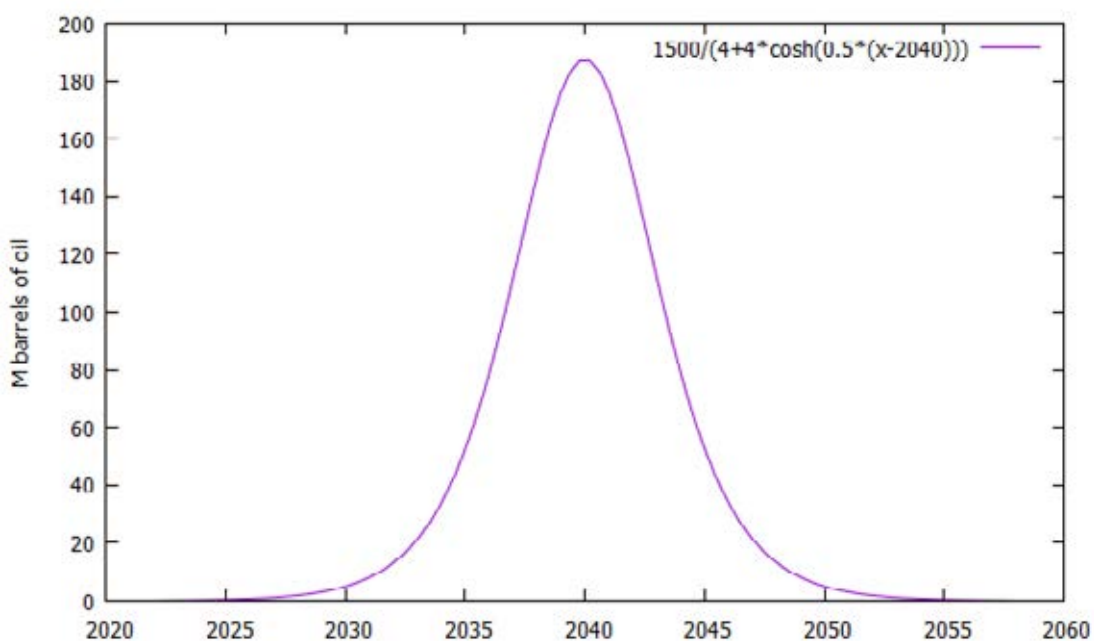


Figura 2 – Curva do tipo Hubbert, assumindo uma reserva total de 1.500M de barris de petróleo, com produção a partir de 2020 e o pico da taxa de extracção em 2040. A duração de 40 anos foi assumida considerando reservas offshore similares no Golfo do México (Greenpeace, 2016).

Na Tabela 2 também mostramos o número exacto de barris de petróleo que seriam extraídos em cada ano, seguindo essa expressão simétrica do tipo Hubbert, e suas emissões de CO2 associadas. Para estas, assumimos um factor de 0,11 toneladas de CO2 por barril de petróleo, como foi considerado para reservas de petróleo offshore comparáveis no Golfo do México (Greenpeace, 2016). Notamos, no entanto, que este é um factor de emissões muito conservador, que só contabiliza emissões directas relacionadas com a extracção de petróleo, de modo a fornecer um limite menor (ou pior cenário).

YEARS	M BARRELS / YEAR	CO2 (M TON)/YEAR
2020, 2060	0.034	0.003744
2021, 2059	0.0561	0.006174
2022, 2058	0.0925	0.010178
2023, 2057	0.1525	0.016775
2024, 2056	0.2514	0.027654
2025, 2055	0.4143	0.045573
2026, 2054	0.6827	0.075097
2027, 2053	1.124	0.12364
2028, 2052	1.85	0.2035
2029, 2051	3.04	0.3344
2030, 2050	4.986	0.54846
2031, 2049	8.15	0.8965
2032, 2048	13.25	1.4575
2033, 2047	21.34	2.3474
2034, 2046	33.88	3.7268
2035, 2045	52.56	5.7816
2036, 2044	78.75	8.6625
2037, 2043	111.9	12.309
2038, 2042	147.5	16.225
2039, 2041	176.3	19.393
2040	187.5	20.63
TOTAL	1500	165

Tabela 2 – Valores numéricos correspondentes à Fig. 2 e a curva tipo Hubbert considerada neste trabalho. A segunda coluna mostra milhões de barris de petróleo extraídos por ano, assumindo um pico em 2040 e uma vida útil de 40 anos para o campo petrolífero. A terceira coluna apresenta as emissões de CO2 associadas, usando um factor de emissões proveniente de reservas de petróleo offshore comparáveis do Golfo do México.

Mesmo com esta estimativa de emissões muito conservadora, atrasar o início desta nova exploração hipotética de petróleo por um período de 2 anos significa que um total de ~ 9800 toneladas de emissões de CO2 pode já ter sido evitado.

É essencial salientar que este valor (~ 9800 toneladas de CO2) se refere apenas a um dos quatro contratos que desapareceram desde 2015. Os contratos onshore do Algarve (Portfuel, cancelado antes do prazo), os contratos offshore do Algarve (Repsol/Partex, desapareceram antes prazo) e os contratos offshore da Costa Oeste (Repsol/Kosmos Galp/Partex, não renovados apesar do pedido da Galp) não estão incluídos nos cálculos. Embora seja possível extrapolar dados geológicos e reservas existentes para deduzir estimativas para essas áreas, reconhecemos a grande margem de erro em tal exercício. Mais importante, como mencionado acima, achamos a estimativa da indústria de combustíveis fósseis para o furo de Aljezur exagerada. Em termos de prevenção de emissões, os outros cancelamentos de contratos bem-sucedidos podem compensar esse erro.

É também de notar que o valor *total* das emissões de CO2 associadas a este empreendimento (165M de toneladas, ver Tabela 2) seria, mesmo com este factor de emissões extremamente conservador, equivalente a aproximadamente dois anos e meio do *total* de emissões nacionais de GEE (67,6 M de toneladas CO2eq em 2016, de acordo com a APA, 2018). E que impacto teria em termos de oferta global de petróleo? Em 2018, de acordo com a AIE, o consumo mundial de petróleo está próximo de 100M de barris por dia. Portanto, essa reserva atenderia às necessidades globais, nos níveis actuais, por exactamente 15 dias, número dificilmente impressionante.

§3. Quão eficaz é o activismo climático?

A nossa próxima questão é: *quem fez isto acontecer?*

Tendo em conta que o Partido Socialista não tinha quaisquer planos de acção no seu programa eleitoral e [várias declarações](#) da indústria de combustíveis fósseis, é claro para nós que o movimento anti-petróleo desempenhou um papel determinante nos cancelamentos e adiamentos. Neste ponto, gostaríamos de salientar ainda mais a defesa agressiva por parte do governo dos projectos de petróleo e gás, vociferada pelo Secretário de Estado da Energia, pela Ministra do Mar, pelo Ministro do Ambiente, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e mesmo pelo próprio Primeiro-Ministro.

Resumindo, foram os activistas anti-petróleo que fizeram acontecer.

Por activistas anti-petróleo, queremos dizer cidadãos comuns que tomaram acções contra estes projectos.

Dada a diversidade geográfica e política do movimento anti-petróleo, com 15-20 grupos locais e organizações nacionais, estimamos que os “organizadores” deste movimento sejam entre 50 a 100 pessoas. Estas são as pessoas que organizam acções, eventos, debates, petições e protestos em massa.

Então, há centenas de pessoas que estão envolvidas na luta sem a organizar. A maior contagem seria a dos 42 milhares de pessoas que assinaram a petição contra o licenciamento de perfuração em Aljezur, mas compreendemos que estes signatários, apesar de apoiarem a causa, poderão não estar necessariamente mobilizados para ela. Desde 2016, houve quatro marchas do clima em Portugal com um forte foco nos contratos de petróleo e gás. Cada uma destas marchas contou com mais de 500 participantes em todo o país, com os media tradicionais a reportar 2 mil para a mais recente marcha contra o furo, que teve lugar em Lisboa, em Abril de 2018.

A estimativa aproximada e razoável para os activistas anti-petróleo em Portugal seria então de 1000 pessoas engajadas no total.

Estas 1000 pessoas evitaram 9800 toneladas de emissões de CO2 num período de dois anos. Assim, cada uma delas já evitou 9.8 toneladas de CO2 em 2 anos, ou 4.9 num ano, o que está próximo da média nacional anual de 6.5 toneladas/ano, assumindo os valores de 2016 referidos pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA, 2018).



Por outras palavras, nos últimos dois anos, cada activista teve uma redução de emissões pessoais de 75% em comparação com o cenário habitual.

Comparando isto com escolhas individuais de estilo de vida: uma pessoa vegana em qualquer cidade de Portugal, que nunca compre roupas, que partilhe uma casa com várias pessoas, que nunca use aquecimento, que só use transportes públicos e apenas nas deslocações para o trabalho, que nunca viaje para férias, poderia atingir no melhor dos casos 2-2.5 toneladas de emissões anuais de CO₂. Assim, as escolhas de estilo de vida de um “franciscano” puritano significam cortes de emissões de 60-70% para uma pessoa comum e muito menos para uma pessoa ambientalmente consciente.

A razão para a relativa ineficácia de actos individuais recai na incorporação de decisões prévias tomadas pelo sistema sócio-económico. Endereçando ao lado estrutural e político do assunto, os activistas anti-petróleo não só preveniram uma enorme quantidade de emissões de gases de efeito de estufa, mas também construíram um movimento que pode atingir objectivos muito mais ambiciosos para uma transição energética justa.

§4. Conclusão

As conclusões que retiramos destes cálculos são duas: (1) Os movimentos sociais são capazes de produzir resultados incríveis. (2) Participar em movimentos sociais pode ser muito mais eficaz do que as escolhas de estilos de vida.

Mesmo vitórias parciais, como atrasos em novas infraestruturas, têm um impacto significativo nas vias de emissões, uma vez que representam sinais políticos muito



fortes para a indústria. O cancelamento de novos projetos e o desmantelamento de infraestruturas de combustíveis fósseis existentes através de uma transição justa seriam os próximos passos naturais dum movimento anti-petróleo.

Talvez a barreira ideológica mais importante a ser superada seja a noção depreendida de que os cidadãos não têm o poder de influenciar o lado do fornecimento ou produção da economia. Esse discurso neoliberal reduz a pessoa a um consumidor que só pode afetar a economia através de seu poder de compra. Com este estudo, pretendemos apontar que os activistas anti-petróleo não só *poderiam* mudar drasticamente o lado da produção, mas também que a sua influência tem sido muito maior do que qualquer outra estratégia que pudessem seguir enquanto meros consumidores. As escolhas de estilo de vida são uma parte essencial da integridade de uma pessoa e os comportamentos consistentes com a estrutura ética da pessoa proporcionam uma convicção para as suas acções. No entanto, em termos de mudar o mundo (conforme exigido pelos actuais e rigorosos orçamentos de carbono e a emergência climática), é essencial politizar o nosso discurso tanto por razões práticas como estratégicas. De certa forma, os autores encorajam fortemente o activismo enquanto uma escolha de estilo de vida.

Isto não significa que se deva ignorar as limitações do movimento livre de fósseis existente em Portugal. O movimento precisa, definitivamente, de mais organizadores e de pessoas mais engajadas, uma vez que o actual governo do Partido Socialista tem sido ridiculamente vocal na sua insistência no furo de Aljezur.

Este artigo foi, na verdade, escrito por organizadores e os autores ficariam extremamente felizes em passar esta mensagem: para um planeta justo e habitável, junta-te à luta e luta para vencer.



REFERÊNCIAS

APA (Agência Portuguesa do Ambiente), "PORTUGUESE NATIONAL INVENTORY REPORT ON GREENHOUSE GASES, 1990 - 2016", Amadora, 2018.

URL: https://www.apambiente.pt/zdata/Inventario/2018/20180508/NIR_global_20180508.pdf

Erickson, P. & M. Lazarus. 2016. How would phasing out U.S. federal leases for fossil fuel extraction affect CO2 emissions and 2°C goals? Stockholm Environment Institute, Working Paper 2016-02. URL: <https://www.sei-international.org/publicatons?pid=2937>

The Climate Change Costs of Offshore drilling, Greenpeace, 2016.

CO2-emissions from Norwegian oil and gas extraction, Working papers No. 7/2015, ISSN: 2464-1561.